



IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, quinta-feira, 25 de julho de 2019 - imprensa@ibitinga.sp.gov.br - Ano: I Edição: 0058



CAMARA MUN EST TURISTICA IBITINGA

Av. Dr. Victor Madaia, 563

Exercício: 2019

72918782/0001-53

BALANCETE SINTÉTICO DA DESPESA DE JUNHO (01/06/2019 A 30/06/2019)

CAMARA MUN EST TURISTICA IBITINGA

Pág 04 de 04

Econ	Especificação	Dotação Atual	Emp no Mês	Liq no Mês	Emp A Pagar
		Empenho Atual	Liq Atual	Pago Mês	Pago Atual

IBITINGA, 30 de junho de 2019

JOSE APARECIDO DA ROCHA
PRESIDENTE

SIMONE C. DE SOUZA COSTA
CONTADORA - CRC: 1SP-202516/O-3/SP

FATIMA APARECIDA JOHANSEN
DIRETORA FINANCEIRA



CAMARA MUN EST TURISTICA IBITINGA

Av. Dr. Victor Madaia, 563

Exercício: 2019

72918782/0001-53

BALANCETE SINTÉTICO DA RECEITA DE JUNHO (01/06/2019 A 30/06/2019)

CAMARA MUN EST TURISTICA IBITINGA

Pág 01 de 01

Código Especificação	Orçata	Anulador	Antec no Mês	TOTAL
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL ORÇAMENTARIO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL EXTRA ORÇAMENTARIO		2.623.164,35	528.062,01	3.251.246,36
TOTAL ORÇAMENTARIO + EXTRA ORÇAMENTARIO				3.251.246,36
Saldo do Exercício Anterior				3,00
Caixa				528.143,40
Banco e Correspondentes				528.143,40
Total do Saldo				528.143,40
TOTAL GERAL				3.877.409,55

IBITINGA, 30 de junho de 2019

JOSE APARECIDO DA ROCHA
PRESIDENTE

SIMONE C. DE SOUZA COSTA
CONTADORA - CRC: 1SP-202516/O-3/SP

FATIMA APARECIDA JOHANSEN
DIRETORA FINANCEIRA

BALANCETE SINTÉTICO DA RECEITA DE JUNHO (01/06/2019 A 30/06/2019)

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de maio de 2019 (dois mil e dezenove), às 18h00, no Plenário da Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 116/2018 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2020, e dá outras providências. Estavam presentes nesta audiência os Vereadores Alliny Sartori - Presidente da Comissão - Antonio Esmael Alves de Mira - Vice-Presidente da Comissão, Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira - Secretário da Comissão, Vereador José Aparecido da Rocha - Presidente da Câmara Municipal, Rafael Torrezan - representante da Prefeitura Municipal, Fernando Paulo Pereira Racy - representante da ONG Transparência Ibitinga, Fátima Aparecida Johansen - Diretora Financeira da Câmara Municipal de Ibitinga, João Anselmo Montanari



IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, quinta-feira, 25 de julho de 2019 - imprensa@ibitinga.sp.gov.br - Ano: I Edição: 0058

da Cunha - Diretor de Trânsito, e os cidadãos João Ramalho Giansante, Daniela Ramalho Karan. A Presidente informou que presidirá esta audiência pública, a qual está sendo gravada e que será lavrada ata junto à Comissão, devendo a mesma ter duração máxima de duas horas, com término previsto para as 20h00. Neste momento a Presidente declarou aberta a presente audiência e não havendo correspondência e dispensada a leitura do projeto, conforme consulta aos presentes iniciou a explanação ao **PLO nº 116/2019** - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2020, e dá outras providências. O Senhor Rafael Torrezan - representante da Prefeitura Municipal, iniciou a explanação falando da ligação da LDO com o PPA, não havendo diferenças do que já foi estabelecido anteriormente nas diretrizes do ano passado, mas que há uma previsão no aumento no orçamento de 6,5%, não havendo alteração de programas e de atividades, bem como o texto da lei, respeitando a legislação pertinente. A Presidente da Comissão sugeriu a discussão dos capítulos da lei. Em acato ao sugerido o Diretor de Finanças do Executivo iniciou a explicação. Aberta a palavra a Presidente da Comissão perguntou sobre exigência do Tribunal de Contas a respeito de percentual para que fosse baixado, sendo respondido que o Tribunal aceita uma movimentação de até 20% e que no projeto estabelece 10%. O Senhor Fernando Racy usou da palavra para falar do percentual e a fiscalização dos Vereadores quanto a movimentação financeira do Executivo. O Vereador Mira falou sobre o percentual de 10%, o qual o Executivo deixa para o final do mandato e que concorda que o mesmo poderia ser menor. Após, continuou a explanação do projeto. Neste momento o Senhor Fernando Racy sugeriu emenda na redação do artigo 9º, § 1º, inciso e. O Vereador José questionou sobre a reserva de 1% de contingenciamento, sendo explicada que pode ser disponibilizada até 1% da receita corrente líquida no caso de catástrofe, se não usada para este fim, após o prazo destinado, pode ser usada para outros fins. O Senhor Fernando perguntou onde entra no orçamento municipal o Fundo Municipal de Solidariedade, sendo respondido que o mesmo tem orçamento próprio, sendo discutidas as dificuldades no município a respeito das famílias carentes e sugeriu a criação de um fundo social dentro do orçamento. Após, foi dada sequência a explicação. Neste momento o Senhor Fernando sugeriu emenda no inciso II, do artigo 12. Raphael continuou a explicando. Em seguida o Senhor Fernando falou a respeito dos valores de IPTU que não estão em harmonia com a sua localização. O Vereador Mira também comentou sobre esse trabalho da Prefeitura sobre o projeto da planta genérica de valores do município. Em seguida continuou a explicação do projeto. Aberta a palavra o Senhor Fernando abordou a situação precária da saúde municipal, onde necessita de planos melhores de salários aos profissionais da saúde e sugeriu a criação de Secretaria de Saúde e a extinção do SAMS. A Vereadora Alliny falou que já foi tentado realizar esse processo, mas

que não conseguiram. Retornado a explanação foi feita a sua conclusão. A Presidente registrou a presença da cidadã Patrícia Nobre Vieira Mondelo. O Vereador Leopoldo falou sobre os programas de alimentação e saúde, conforme o Tribunal de Contas devem ser feitas em programas separados, e perguntou se não tinha problema estarem juntas no projeto. Sendo respondido pelo Raphael que as atividades foram colocadas separadas e que irá verificar a situação dos programas. O Vereador perguntou ainda há divergências do PPA com a LDO para serem corrigidas, sendo confirmado pelo Diretor que se ajusta a LDO ao PPA e LOA a LDO e PPA. O Vereador lembrou que em 2017 apresentou emenda para reforma da quadra da Vila Izolina, mas que não veio a ficha, onde o Diretor ficou de verificar e sugeriu que as emendas fossem feitas na LOA e que agora não aparecem as que forem apresentadas. O Vereador José Rocha questionando sobre valores destinados a saúde que estão zeradas. Sendo respondido que são transferências para o SAMS que repassa aos demais setores, sendo uma mudança que ocorreu desde o LOA do ano passado. Perguntou ainda sobre melhorias do transporte de alunos, sendo respondido que isto já acontece com a manutenção não havendo uma ficha com essa nomenclatura. Perguntou ainda sobre manutenção da Secretaria de Esporte, sendo respondido que está previsto o valor para sua manutenção no valor R\$ 939.300,00. Perguntou ainda sobre a Secretaria da Habitação e Urbanismo que não está previsto gasto com Obras Públicas e instalações de Bens Públicos e com Infra Estrutura e Execução de Pavimentação Asfáltica e Infra Estrutura Viária, tendo a resposta que ficou espaço para a apresentação de emenda para tal gasto. Perguntou ainda sobre a aquisição de Equipamento de Segurança do Trabalho para a atividade do Corpo de Bombeiros, que consta R\$ 6.000,00 da Lei do PPA e não consta do PLO nº 116/2019 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do ano de 2020. Na Secretaria de Obras Públicas na Lei do PPA consta o gasto com Construção de Praças, Parques e Jardins e não consta do PLO nº 116/2019 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do ano de 2020. O Senhor Fernando sugeriu a apresentação de emendas para suprir aquilo que achar estar em déficit no município. O Diretor disse ser interessante, uma vez a utilização das emendas apresentadas o ano passado. O Senhor Fernando sugeriu que seja feito convênios que sejam atrelados ao nosso PPA para que sejam realmente aplicados. O Vereador José Rocha discutido sobre as subvenções sociais questionando sobre o Piso de Transcrição Média Complexidade (Convênio Federal) que consta R\$ 32.000,00 na Lei do PPA e sobre o Piso de Alta Complexidade/Idoso (Convênio Federal) que consta R\$ 107.000,00 da Lei do PPA e ambos não constam do PLO nº 116/2019 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do ano de 2020, o Diretor de Finanças do Executivo Sr. Rafael Torrezan, explicou que precisa verificar com a Secretaria de Desenvolvimento Social se tal convenio não foi absorvido por outra atividade. Discuti também sobre as cestas básicas destinadas as famílias carentes. O Diretor justificou que há



IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, quinta-feira, 25 de julho de 2019 - imprensa@ibitinga.sp.gov.br - Ano: I Edição: 0058

novidades na LDO que não tem no PPA, mas com valores similares, no entanto preza-se a transparência do orçamento, estando todos os serviços garantidos pelo município. Neste momento a Presidente prorrogou da Audiência. O Senhor Fernando discutiu com o Senhor Raphael sobre o PIB per capita no município e seu impacto dentro do orçamento municipal quando da análise da LOA e solicitou a Presidenta da Comissão o acréscimo de itens no projeto para aperfeiçoar a função fiscal do legislativo e falou sobre licitações e as dificuldades de realizá-las e de inclusão no LOA de projeto de uso de áreas institucionais, tendo o aval do Vereador José Rocha, com relação a esse projeto. A Presidente da Comissão informou que a Câmara Municipal receberá as emendas pelos Vereadores, e sugestões pelas autoridades e cidadãos, apresentadas por escrito até dia 06 de junho. Todos os documentos apresentados acompanharão o Projeto de Lei em discussão. As sugestões e emendas apresentadas e o que foi discutido nesta Audiência, serão analisadas nas reuniões da Comissão, que tirará as conclusões apresentando parecer. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública. A presente Ata foi secretariada e lavrada por mim, Leopoldo Gabriel Bentacio de Oliveira, Secretário da Comissão, que após ser lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão presentes. Ibitinga, 22 de maio de 2019.....

Presidente: Vereadora Alliny Sartori

Vice- Presidente: Vereador Antonio Esmael Alves de Mira

Secretário: Vereador Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 155/2019 - ALTERA O PLANO PLURIANUAL — PPA, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N º 4.537, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017, PARA O QUADRIÊNIO DE 2018-2021, REFERENTE AO EXERCÍCIO PROGRAMA 2020. Aos 13 (treze) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove), às 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública para discussão do projeto de lei nº 155/2019 que altera o plano plurianual — PPA, criado pela Lei Municipal n º 4.537, de 22 de novembro de 2017, para o quadriênio de 2018-2021, referente ao exercício programa 2020, de autoria do Executivo Municipal. A Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade declarou aberta a audiência pública que terá sua duração máxima até às 20 horas. Registrou as seguintes presenças, conforme Registro de Presença no livro de Eventos da Câmara Municipal, os Vereadores Antônio Esmael Alves de Mira, Vice-Presidente da Comissão, Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira - Secretário da Comissão, Fátima Johansen - Diretora Financeira da Câmara Municipal, dos cidadãos Fernando Racy, representando a Ong Transparência, e José Aparecido de Oliveira, cidadão. Informou que o áudio da audiência pública está sendo

gravado e que será lavrada ata pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal. Na sequência iniciou a leitura do projeto pelo Secretário da Comissão, bem como discussão do referido. O Senhor Fernando Racy perguntou se está aumentando mais de 50% a dotação para construção da Câmara sendo respondido pela Diretora Financeira que há alteração devida a não utilização dos valores inflacionários da atual gestão, necessitando se adequar aos gastos atuais. O Senhor Fernando Racy, falou da falta de organização dos novos loteamentos e sobre os encargos gerais do município, sendo respondido pela Diretora Financeira que são parcelas de INSS, FGTS e Refis de algumas Secretarias e que o detalhamento vem na LOA e que este projeto vem acertar os valores para serem pagos o ano que vem, sendo necessário as três peças do orçamento estarem iguais, leis diferentes que se integram. O Senhor Fernando pediu mais transparência nas informações do Executivo e maiores explicações sobre o destino dos programas e seus valores. Neste momento foi dada sequência a leitura do projeto. Aberta a palavra o Senhor Fernando falou sobre o conceito de utilidade pública e a respeito de licitação e serviços realizados pela Prefeitura Municipal sem a devida documentação. O cidadão José questionou como é contabilidade do Executivo e do Legislativo, sendo respondido pela Diretora que está a disposição para mostrar e foi citada a contabilidade da Santa Casa também. Em seguida continuou a leitura. Após foi discutido os eventos turísticos, falando-se da Feira do Bordado, onde o cidadão José falou que faltam maiores informações a respeito do turismo, havendo a Faculdade com curso na área, mas que os Poderes Municipais não têm medidas a respeito. O Senhor Fernando falou das verbas para o turismo e avanço turístico da cidade e criticou as verbas do DADE, bem com o uso de verbas utilizadas diferente do que foi destinada. O Vereador Leopoldo também comentou sobre os recursos do DADE e foi dito pelo Vereador Mira disse que acredita não entrar mais esses recursos para execução de obras asfálticas com tal dinheiro do DADE. Foi citado pelo Senhor Fernando a respeito do projeto de lei de empresa que retirará bem público para realização de estacionamento. A Presidente informou a todos que a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal extrairá suas conclusões sobre o projeto, as quais serão apresentadas junto ao parecer. Nada mais havendo a tratar agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência. A presente Ata foi secretariada e lavrada por mim, Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira, Secretário da Comissão, que após ser lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão presentes. Ibitinga, 13 de junho de 2019.

.....

Presidente: Vereadora Alliny Sartori

Vice- Presidente: Vereador Antonio Esmael Alves de Mira

Secretário: Vereador Leopoldo Gabriel Benetacio de Oliveira